



II Colóquio Internacional | Cooperação e Educação para o Desenvolvimento: agendas, contextos, desafios

**Sociedade Civil, Educação e Desenvolvimento Sustentável: reflexões, desafios e
oportunidades no âmbito da Agenda 2030 dos ODS**

Andressa Pellanda | Campanha Nacional pelo Direito à Educação



CCNGO e a Agenda 2030 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável



2017 CCNGO/Education 2030

Global Meeting DECLARATION

Implementing SDG4-Education 2030

1. We, the representatives of national, regional and international non-governmental and civil society organisations and members of the Collective Consultation of NGOs (CCNGO) for Education 2030 from different parts of the world have gathered in Siem Reap, Cambodia on 8 and 9 May 2017.
2. We re-affirm that education is a fundamental human right and a public good that is key to promoting social, economic and environmental justice. States have the duty to provide free quality equitable public education at all levels and lifelong learning for all, and to ensure the right to education is enshrined in law and enforceable.
3. We have met to take stock and discuss the implementation of SDG4-Education 2030 since its adoption and make recommendations. Participants discussed initiatives undertaken, key challenges encountered, opportunities identified and ways forward, as well as debated the role of civil society organizations in supporting the implementation of SDG4-Education 2030 at national, regional and global levels, and the contributions of the CCNGO in this regard. We furthermore agreed upon the revised working procedures of the CCNGO in light of SDG4-Education 2030 and elected a new CCNGO Coordination Group for 2017-2019. In this context, we reaffirm:
 - Our endorsement of the vision, principles, goals and targets laid out under SDG 4 within 'The 2030 Agenda for Sustainable Development'; the Incheon Declaration; the 'Education 2030 Framework for Action'; and the 2015 Incheon Final Declaration of the NGO Forum;
 - The important role of civil society organisations in the implementation of SDG4-Education 2030, and their engagement and involvement at all stages, from policy formulation and planning through to monitoring and evaluation with their participation institutionalized and guaranteed, as stated in the Education 2030 Framework for Action.

PRINCÍPIOS

- ▶ Collective Consultation of NGOs (CCNGO) for Education 2030 - 08 e 09 de maio de 2017, Siem Reap - Direcionamento qualitativo para a Agenda 2030
- ▶ Educação como direito humano fundamental e bem público, chave para a promoção da justiça social, econômica e ambiental.
- ▶ Os Estados têm o dever de prover educação pública equitativa em todos os níveis e aprendizado ao longo da vida para todas/os.
- ▶ A garantia do direito à educação deve estar assegurada em lei e deve ser monitorada.
- ▶ Papel primordial da sociedade civil na implementação: engajamento em todas as etapas, da formulação das políticas e planejamento, ao monitoramento e avaliação, em espaços institucionalizados e garantidos.
- ▶ Monitoramento nacional - com vistas a avançar na Agenda mínima comum.

CCNGO e a Agenda 2030 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

POTENCIALIDADES

1. Agenda consensuada globalmente e lastro internacional para influenciar políticas nacionais
2. Relação do desenvolvimento sustentável prevê dimensão da educação que ultrapassa uma função desenvolvimentista, trazendo a pauta do direito humano
3. Avanços na perspectiva de qualidade
4. Foco na inclusão: jovens e adultos, alfabetização, gênero
5. Incentivo à cooperação.

CCNGO e a Agenda 2030 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

DESAFIOS

1. Espaços de participação da sociedade civil no acompanhamento da implementação da Agenda 2030 e dos ODS. É preciso que os governos reconheçam a sociedade civil como atores-chave para a implementação da agenda.
2. Políticas não alinhadas com os princípios (equidade, qualidade, inclusão e aprendizado ao longo da vida) e com os pilares das políticas públicas (financiamento, dados disponíveis, governança e monitoramento). Algumas andam na contramão da agenda proposta, especialmente em políticas de educação infantil, educação de jovens e adultos e inclusão (políticas de igualdade de gênero, por exemplo).
3. Falta de compromisso com financiamento adequado. É necessário reconhecer que a qualidade precisa ser entendida em um sentido amplo e socialmente referenciada, incluindo insumos, processos e possibilitando ambientes de aprendizagem, e não deve ser reduzida apenas a resultados acadêmicos de aprendizagem.
4. Assegurar a educação como direito e bem público, diante do avanço da privatização e mercantilização da educação. Os governos devem fortalecer os sistemas de educação pública e regular a provisão do setor privado de acordo com as resoluções relacionadas do Conselho de Direitos Humanos.
5. Escassez de professores bem formados, com baixa formação inicial e continuada, más condições de trabalho, baixos salários. Apesar do aparente consenso em torno da centralidade da profissão docente para a educação de qualidade, a subvalorização de professores e outros trabalhadores da educação continua a prevalecer.
6. Provisão de recursos financeiros e técnicos necessários para coletar dados confiáveis e desagregados sobre o ODS4-Educação 2030.
7. Inclusão e igualdade de gênero precisam permanecer no coração da Agenda 2030.



Obrigada!

Andressa Pellanda | Campanha Nacional pelo Direito à Educação

andressa@campanha.org.br

